



Observatório da Oposição 2025

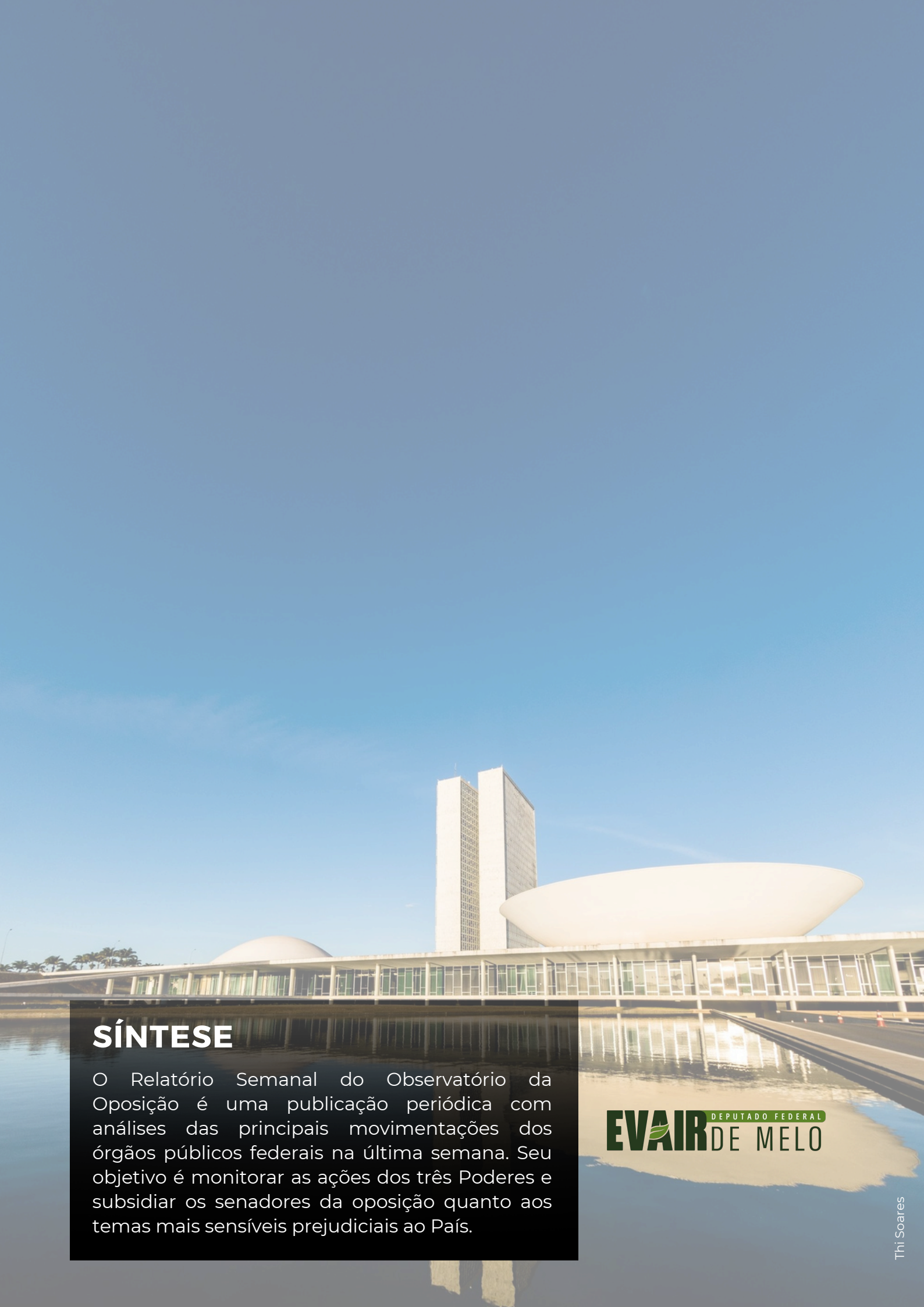
15 DE DEZEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 114

Uso político da publicidade digital: a escalada de gastos com influenciadores e veículos ligados ao governo

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA TEOTÔNIO VILELA, GABINETE 11 - TEL.: (61) 3303 1221

EV AIR DEPUTADO FEDERAL
DE MELO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR DEPUTADO FEDERAL
DE MELO

1

Página

TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Uso político da publicidade digital: a escalada de gastos com influenciadores e veículos ligados ao governo

01

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

O PT e o governo Lula na era da opacidade e do sigilo ilimitado

15

3

ECONOMIA

Lula encerra o ano entregando PIBinho: o fracasso da política econômica petista

22

Bateu o desespero na Fazenda

28





TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Uso político da publicidade digital: a escalada de gastos com influenciadores e veículos ligados ao governo

A análise revela aumento expressivo dos gastos digitais da Secom, favorecimento a influenciadores e veículos alinhados ao governo, falhas de transparência e descumprimento de normas técnicas. O conjunto indica possível desvio de finalidade e uso político da publicidade institucional, em violação aos princípios constitucionais.

Resumo

- **Escalada de gastos:** a Secom aumentou em 38% seu orçamento de comunicação entre 2023–2025, chegando a R\$ 465 milhões, com a publicidade digital passando de 16% para quase 25% do total.
- **Contratação politizada de influenciadores:** pelo menos 30% dos perfis pagos em 2025 apresentam alinhamento político explícito ao governo, incluindo suplentes de partidos aliados, convidados do presidente e criadores que atacam opositores.



- **Favorecimento de veículos alinhados:** portais como Brasil 247 (R\$ 917,6 mil), Revista Fórum (R\$ 726,3 mil), DCM (R\$ 418,9 mil) e outros receberam valores equivalentes a grandes jornais nacionais, indicando critérios políticos, não técnicos, na distribuição das verbas.
- **Irregularidades na execução das campanhas:** o TCU constatou falta de pesquisas pós-teste em ações acima de R\$ 20 milhões (caso “Always On”), violando o Manual da Secom e sugerindo gestão deficiente e ausência de comprovação de efetividade.
- **Riscos jurídicos e desvio de finalidade:** o conjunto das práticas, como seleção subjetiva, falta de transparência, alinhamento político e uso segmentado das verbas, indica possível violação do art. 37, §1º, da Constituição, da Lei 12.232/2010, da Lei 9.504/1997, e pode caracterizar uso político da publicidade institucional financiada com recursos públicos.

Contextualização

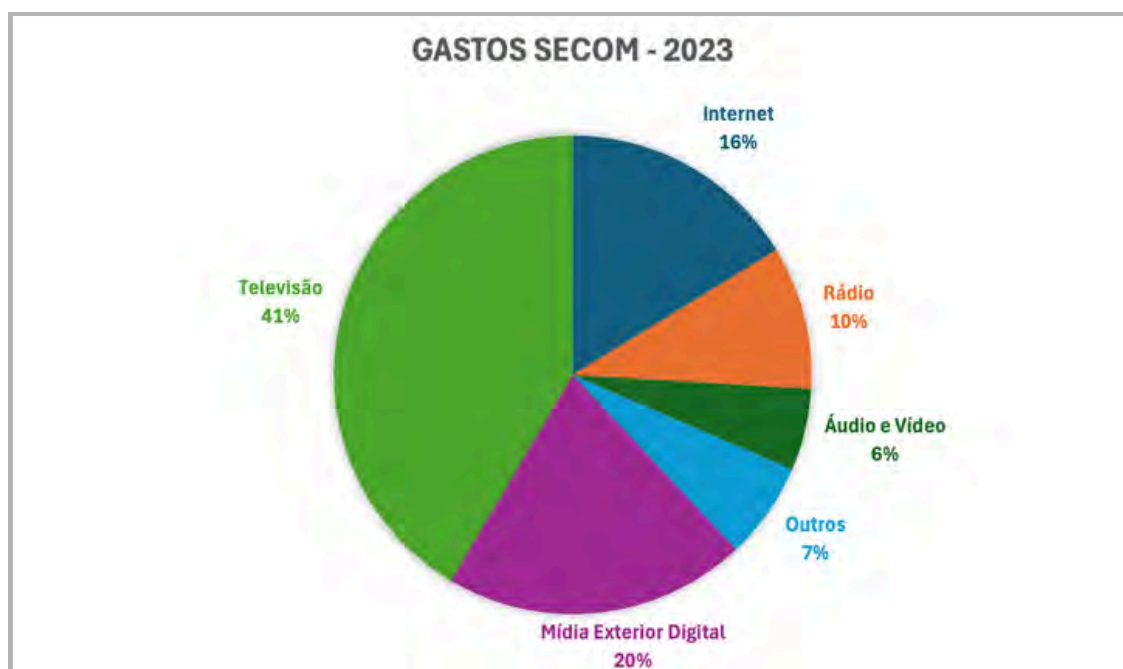
A análise proposta busca avaliar, sob a ótica jurídico-administrativa, a crescente expansão dos gastos do Governo Federal com publicidade digital e, em particular, o uso de influenciadores como vetores de comunicação institucional. Esse fenômeno, intensificado no período pré-eleitoral de 2025, exige exame cuidadoso quanto à aderência das ações governamentais às normas que regem a atividade publicitária no setor público, considerando o impacto que novas estratégias digitais podem produzir sobre a fronteira entre publicidade institucional legítima e promoção pessoal indevida. Nesse contexto, torna-se essencial verificar possíveis riscos de desvio de finalidade, sobretudo quando a seleção de influenciadores, formatos e públicos-alvo pode, intencionalmente ou não, aproximar-se de práticas que favoreçam agentes políticos específicos e o governo de ocasião.

Aumento de Gastos da Secom e Ampliação da Publicidade Digital: Análise 2023–2025

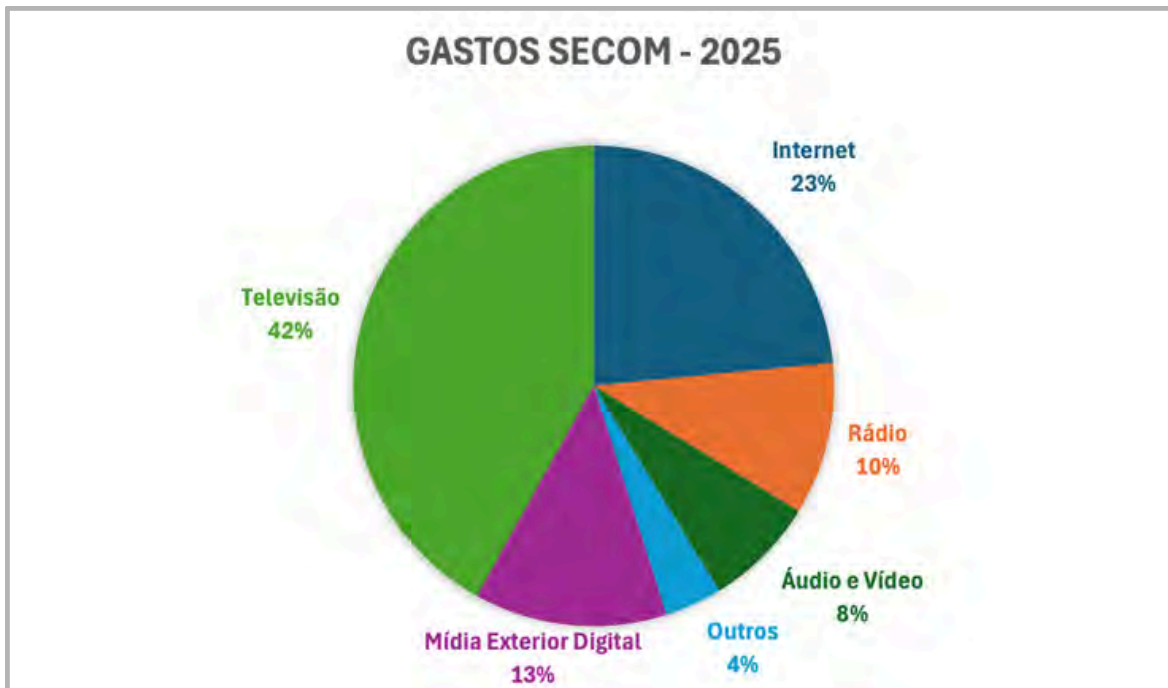
A análise dos dados do [Portal de Gastos da Secom](#) evidencia uma ampliação do orçamento de comunicação governamental no Governo Lula 3, cujo montante cresce 38% entre 2023 e 2025 e atinge R\$ 465 milhões em 2025. O contraste com áreas essenciais é evidente, pois saúde e educação avançam apenas cerca de 20% no mesmo período, enquanto a segurança pública cresce somente 5%, valores que, descontada a inflação, revelam um crescimento menor ou mesmo perda real. A disparidade sugere uma escolha política clara: ampliar a capacidade de propaganda estatal enquanto setores estruturantes permanecem à míngua. A composição desse gasto reforça a mudança de prioridade.

A publicidade na internet praticamente dobra sua participação e chega a quase 25% do orçamento de 2025, ante 16% em 2023, consolidando a centralidade das plataformas digitais na estratégia de comunicação governamental. Nesse contexto, observamos a intensificação da contratação de influenciadores digitais por meio de agências contratadas pelo governo, com pagamentos médios estimados em [R\\$ 20 mil por ação](#), o que desloca a comunicação institucional para formatos personalizados, de forte apelo emocional e altamente segmentados, justamente aqueles que mais desafiam os limites entre informação pública e mobilização política.

Ademais, reportagens e dados obtidos via Lei de Acesso à Informação mostram que parte desses influenciadores mantém alinhamento político explícito com o governo e com as pautas do PT, incluindo presença recorrente em eventos do partido. Essa convergência entre verba pública, comunicação personalizada e afinidade política levanta questionamentos sérios sobre o respeito aos princípios de impessoalidade e moralidade administrativa previstos no art. 37 da Constituição, especialmente quando a comunicação oficial se aproxima, em conteúdo e forma, da propaganda de natureza político-partidária.



Fonte: [Pagamentos e execução contratual SECOM](#).

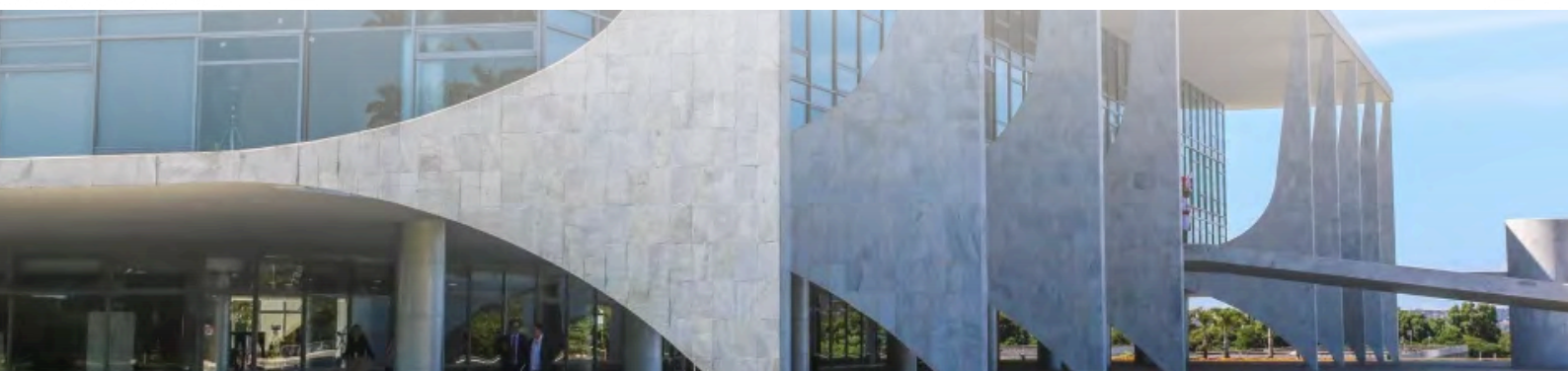


Fonte: [Pagamentos e execução contratual SECOM](#).

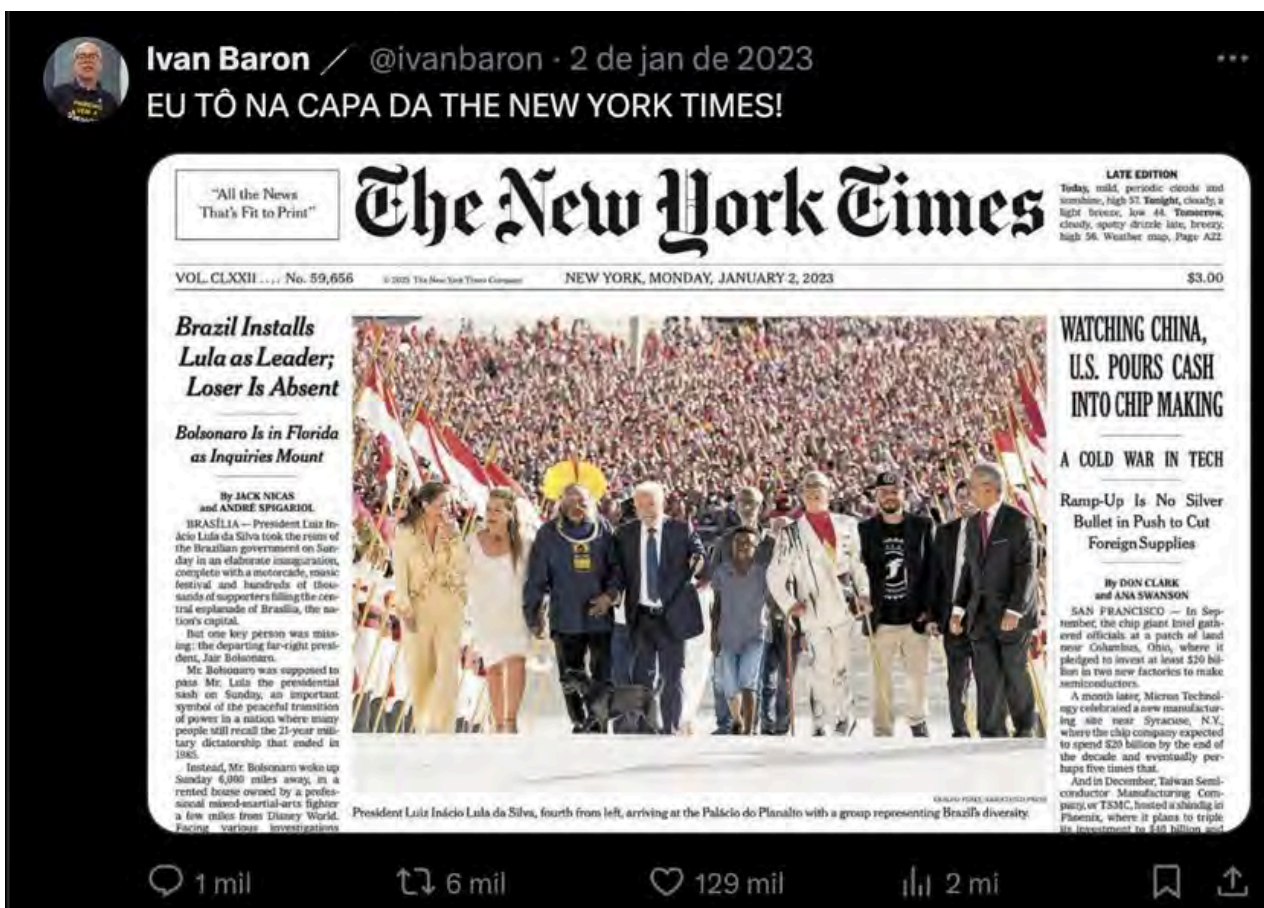
Contratação de militantes políticos como influenciadores para campanhas promovidas pelo governo federal

Por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação, obtivemos a lista completa de influenciadores contratados pela Secom em 2025, revelando um dado especialmente preocupante: cerca de 30% dos perfis possuem alinhamento político explícito com o partido governista, incluindo participação em eventos do PT, defesa pública do governo e ataques recorrentes a opositores.

Essa seleção não é neutra e nem técnica, com evidências de desvio de finalidade, ao vermos os recursos públicos destinados à comunicação institucional sendo empregados para fortalecer narrativas governamentais, em afronta ao art. 37, §1º, da Constituição, às exigências de impessoalidade da Lei nº 12.232/2010 e às vedações eleitorais da Lei nº 9.504/1997. Em ano pré-eleitoral, esse padrão aproxima a publicidade estatal de propaganda política, exigindo intervenção urgente dos órgãos de controle. A seguir, apresentamos alguns dos influenciadores com manifestações patentes com a pauta e agente governistas:



- **Ivan Baron (Campanha Nordeste - 2 ações):** o influenciador foi convidado pessoal do presidente Lula para a posse em 2023, indicando um vínculo político público e notório.





- **Carolline Sardá** (Ações de oportunidade - ALWAYS ON - 2 ações): o fato de a contratado ser suplente de deputado do PSOL evidencia vínculo político-partidário direto, aumentando o risco de desvio de finalidade.

CATARINAS
MENU
APOIE
f
i
t
l

ENTREVISTA | POLÍTICA

DAS REDES SOCIAIS À ALESC:
CAROLLINE SARDÁ COMBATE
ANTIFEMINISMO E DESINFORMAÇÃO

Suplente do deputado estadual Marquito (Psol) promete fazer frente ao antifeminismo e ao fascismo caso ocupe cadeira na Assembleia Legislativa

Por [Kelly Ribeiro](#)

28 mar 2024, 10h49

EVAIR DE MELO
DEPUTADO FEDERAL

- **Martina Giovanetti** (Ações de oportunidade - ALWAYS ON - 2 ações), **João Pimenta** (Posicionamento do Governo Federal - 2 ações), **Letícia Ribas** (Ações de oportunidade - ALWAYS ON - 3 ações), **Miwa Hamada Kashiwagi** (Ações de oportunidade - ALWAYS ON - 3 ações), **Daniel Ferreira** (Isenção - Imposto de Renda - 1 ação), Thiago Foltran (Ações de Oportunidade - ALWAYS ON - 4 ações): todos apresentam histórico de ataques a políticos da oposição e de elogios públicos ao governo e a seus agentes. Nesse sentido, a contratação de perfis com esse tipo de posicionamento expõe a publicidade institucional a um claro desvio de finalidade, reforçando narrativas político-partidárias favoráveis ao governo ao invés de informar.



Seu Pimenta Tv

@joaosepimenta · 946 mil inscritos · 509 vídeos

O incrível mundo psicodélico e caótico visto por um baiano que faz sua TV na internet. ...mais

facebook.com/JoaoSeuPimenta e mais 1 link

Inscriver-se Seja membro

Início Vídeos Shorts Playlists Posts

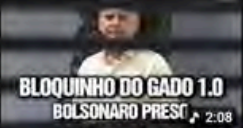


BLOQUINHO DO GADO 1.0 - BOLSONARO PRESO - JOÃO PIME...

15.053 visualizações · há 3 dias

Essa é pra bater em todos os paredões!

Vídeos



BLOQUINHO DO GADO 1.0 - BOLSONARO PRESO - JOÃO...

15 mil visualizações · há 3 dias



BOLSONARO PRESO E O AGENTE SECRETO - STAND...

113 mil visualizações · há 8 dias



OS RICOS TAMBÉM CHORAM - DIRETO DO FIM DO MUND...

75 mil visualizações · há 1 mês



BOLSONARO CONDENADO - DIRETO DO FIM DO MUNDO...

89 mil visualizações · há 2 meses



E DAÍ? NÃO SOU JUIZ - DIRETO DO FIM DO MUNDO...

86 mil visualizações · há 3 meses

DIRETO DO FIM DO MUNDO ▶ Reproduzir tudo

Aqui João Pimenta fala de acontecimentos marcantes do passado, presente e quicá do futuro, antes que o mundo acabe. Allás ele já acabou faz tempo.



OS RICOS TAMBÉM CHORAM - DIRETO DO FIM DO MUND...

75 mil visualizações · há 1 mês



BOLSONARO CONDENADO - DIRETO DO FIM DO MUNDO...

89 mil visualizações · há 2 meses



E DAÍ? NÃO SOU JUIZ - DIRETO DO FIM DO MUNDO...

86 mil visualizações · há 3 meses



ADULTIZAÇÃO E A IMPUNIDADE NO BRASIL - ...

30.06



O MITO FICOU EM CASA - DIRETO DO FIM DO MUNDO...

35.48



JAIR MESSIAS BOLSONARO

00:01 / 01:18

leticiaa.ribas
LETICIAA.RIBAS · 11-22

Ai to tão trstinha #bolsonaropreso #bolsonaro #fofoca #fyp #fypageシ

♫ som original - LETICIAA.RIBAS

100.5K

3155

3799

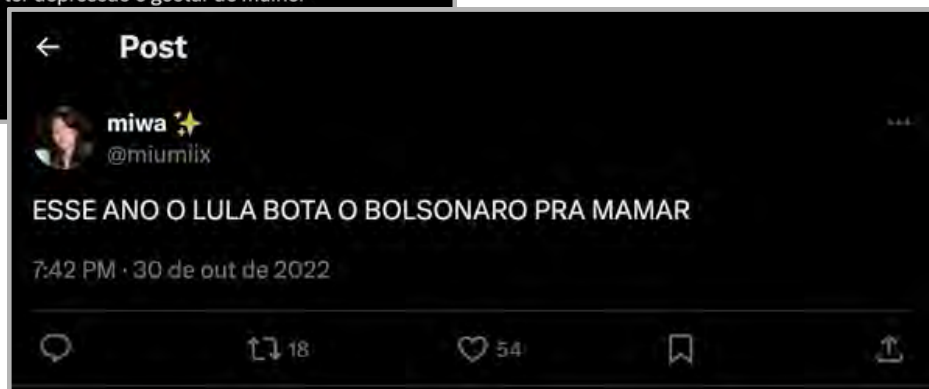
6386

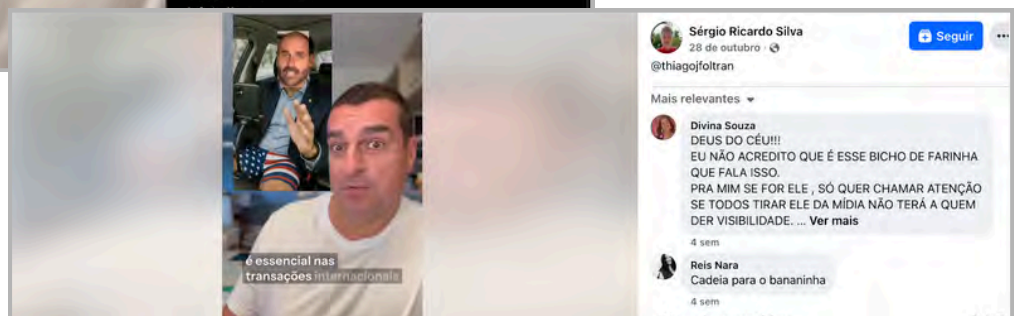
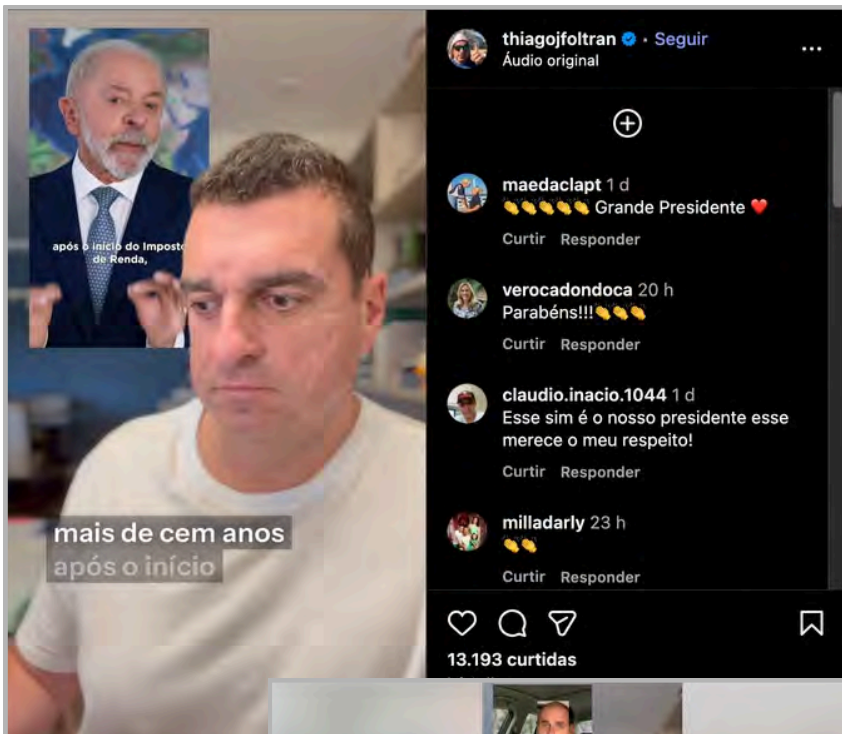
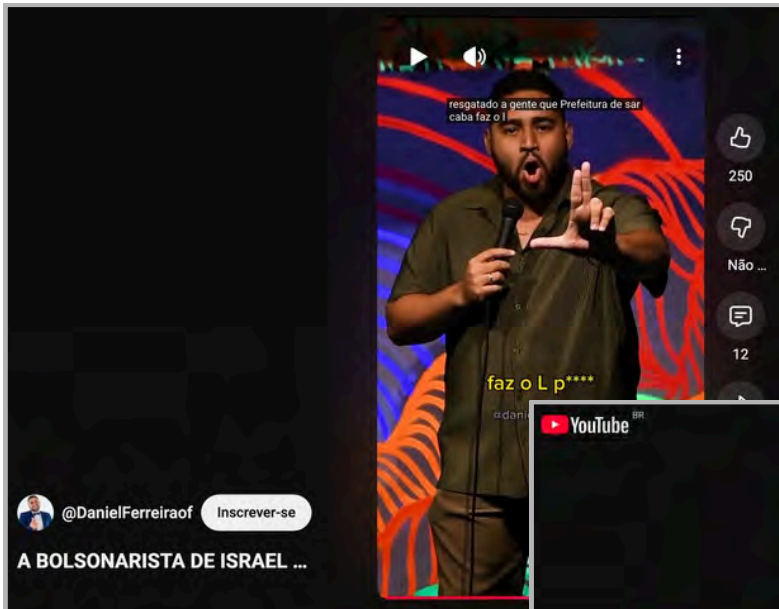


Ai to tão trstinha #bolsonaropreso #fofoca #fyp #fypage

As fotos podem ter direitos autorais. Saiba mais

Compartilhar Salvar





Favorecimento de veículos de comunicação com um viés político-partidário

Os pagamentos não se limitaram a influenciadores e alcançaram páginas e blogs nitidamente alinhados ao governo, muitos dedicados a defender a gestão governista e atacar opositores. Embora a lei não vede a contratação de mídia independente, a concentração dos repasses evidencia desequilíbrio e favorecimento de canais politicamente alinhados, convertendo a publicidade institucional em instrumento de reforço de narrativa partidária custeada pelo erário.

O caso do Brasil 247 é emblemático: após receber R\$ 251,8 mil em 2023, saltou para R\$ 697,5 mil em 2024 e alcançou R\$ 917,6 mil em 2025, totalizando R\$ 1,86 milhão, um crescimento de 264% em apenas dois anos. A título de comparação, a cifra recebida em 2025 aproxima-se do montante destinado à Folha de S. Paulo no período (R\$ 993,7 mil), um dos maiores veículos de comunicação do país, evidenciando que a alocação não decorre de peso jornalístico ou audiência, mas de opção política.

O mesmo padrão de aceleração foi observado em outros veículos alinhados ao governo. A Revista Fórum, que em 2023 recebeu R\$ 83,7 mil, passou a R\$ 442,6 mil em 2024 e a expressivos R\$ 726,3 mil em 2025, um salto acumulado de 767%. O DCM ampliou seus repasses de R\$ 34,4 mil (2023) para R\$ 369,3 mil (2024) e R\$ 418,9 mil (2025), enquanto o Opera Mundi registrou crescimento ainda mais dramático: R\$ 4,2 mil em 2023, R\$ 97,4 mil em 2024 e R\$ 258,5 mil em 2025, configurando um aumento de mais de 5.000% no período. Por fim, um veículo que não recebeu recurso em 2023, o Brasil de Fato, acumulou R\$ 559,4 mil em apenas dois anos (2024–2025), confirmando o favorecimento da mídia independente financiada paradoxalmente pelo governo.

Soma-se a isso o repasse controverso ao PICPAY/Guiabolso, que chama atenção pelo fato de a plataforma integrar o grupo J&F, controlado pelos irmãos Batista, historicamente beneficiado por decisões e contratos públicos em governos petistas. Ainda que seja uma empresa do setor financeiro, sua inclusão como veículo para publicidade institucional destoa do perfil dos demais meios, reforçando a percepção de que os recursos públicos acabam favorecendo interesses privados com forte influência política.

Por fim, destacamos ainda que os dados mostram um movimento claro de pulverização de recursos em veículos locais e microinfluenciadores ligados a lideranças governistas, indicando uma estratégia de comunicação de caráter paroquial. Casos como o de Dilton Coutinho Fonseca, também

contratado pelo deputado estadual Robinson Almeida (PT/BA) e beneficiado com R\$ 33,4 mil, e o do Blog Dimas Roque, que mesmo com apenas 1.800 seguidores no Instagram recebeu R\$ 14,8 mil, revelam que critérios técnicos de alcance e relevância foram substituídos por afinidade política. O repasse ao Blog do Esmael (R\$ 14,1 mil), igualmente identificado por sua atuação militante pró-governo, reforça a observação desse padrão. Embora os valores sejam de menor monta, o agrupamento dos beneficiários e seu alinhamento político demonstram o uso segmentado de verbas públicas para fortalecer redes regionais de apoio, em desconformidade com a finalidade informativa obrigatória da publicidade institucional.

Esse conjunto de evidências, somado à ausência de critérios claros para selecionar veículos e produtores de conteúdo, indica que a Secom pode estar priorizando afinidade ideológica em vez de parâmetros técnicos como alcance, público-alvo e efetividade. A concentração de verbas em meios alinhados ao governo e o favorecimento de atores locais próximos reforçam a percepção de uso da publicidade institucional para fortalecer bases de apoio, e não para informar a sociedade, em afronta à Constituição e às normas que regem a comunicação pública.

Tabela - Aumento de Gastos com Veículos Alinhados com o Governo - Internet

Veículo	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (R\$)	Total (R\$)	Variação entre 23 e 25
Brasil 247	251,834.69	697,535.96	917,656.70	1,867,027.35	264%
Revista Fórum	83,700.00	442,595.77	726,305.49	1,252,601.26	767%
DCM	34,432.53	369,303.01	418,961.77	822,697.31	1,116%
Opera Mundi	4,227.27	97,487.65	258,577.48	360,292.40	5,015%
Brasil de Fato	0	314,778.56	244,650.90	559,429.46	—

Fonte: [Portal de Gastos da Secom](#).

Análise Jurídico-Administrativa

A primeira questão reside na extrapolação dos limites impostos pelo art. 37, §1º, da Constituição, que **restringe a publicidade institucional a conteúdos educativos, informativos ou de orientação social. Qualquer desvio desse parâmetro, especialmente quando a comunicação estatal passa a promover autoridades, partidos ou projetos políticos, descaracteriza sua natureza institucional e pode configurar abuso de autoridade**, nos termos do art. 74 da Lei nº 9.504/1997. Nessas hipóteses, a violação não

apenas macula a impessoalidade administrativa, mas enseja também consequências eleitorais severas, a violação não apenas macula a impessoalidade administrativa, mas enseja também consequências eleitorais severas, incluindo o cancelamento do registro de candidatura do beneficiário, além de outras sanções civis e penais aplicáveis.

Deve-se ainda sopesar que, mesmo quando se admite a contratação por dispensa, **a seleção de influenciadores deve observar critérios objetivos e verificáveis, em estrita conformidade com os princípios da impessoalidade e da isonomia. O administrador público não pode escolher perfis com base em afinidades pessoais, alinhamento político, notoriedade subjetiva ou visibilidade partidária.** A impessoalidade exige que o único fundamento seja o interesse público e a isonomia impõe tratamento equitativo entre todos os potenciais contratantes. Assim, a escolha deve estar devidamente motivada em parâmetros técnicos, como compatibilidade entre o público do influenciador e o público-alvo da política pública, métricas reais de engajamento e alcance, adequação de linguagem aos objetivos institucionais e análise de custo-benefício em comparação com alternativas de comunicação disponíveis, elementos que devem ser considerados nas campanhas conduzidas também por agências contratadas.

Nesse contexto, o [Acórdão 2188/2024-Plenário](#) evidencia que a Secom da Presidência tem falhado em observar requisitos básicos para a execução de campanhas institucionais, inclusive aqueles previstos no próprio Manual de Procedimentos de Ações de Publicidade ([Portaria Secom/PR nº 98/2016](#)), que deveria orientar toda a atuação do órgão. A campanha “Always On” é especialmente problemática: concentrou recursos em influenciadores com alinhamento político explícito ao governo e, apesar de ultrapassar R\$ 20 milhões, a Secom não realizou pesquisas pós-teste. Essa omissão, apontada pelo TCU, evidencia falhas de gestão, falta de transparência e incapacidade de comprovar a efetividade da ação, abrindo espaço para direcionamento arbitrário e uso político da comunicação institucional:

“Das quinze campanhas analisadas, onze tiveram orçamento efetivamente empenhado acima de R\$ 20 milhões. Dessas, em duas não foram encontradas pesquisas pós-teste (“Always On Institucional” e “Always On Institucional - Continuidade”). Nesses casos, também fica caracterizada desconformidade com o regramento do manual, razão pela qual também se propõe ciência à Secom/PR sobre o ocorrido”.

"1.20.1. não foram encontradas pesquisas pós-teste nas demandas de campanhas publicitárias "Always On Institucional" e "Always On Institucional - Continuidade", que tiveram orçamento efetivamente empenhado superior a R\$ 20 milhões, em afronta, portanto, ao Manual de Procedimentos de Ações de Publicidade, instituído pela Portaria Secom/PR 98/2016".

Em síntese, a combinação entre extrapolação dos limites constitucionais da publicidade institucional, critérios decisórios frágeis na seleção de influenciadores e reiterado descumprimento das próprias regras internas da Secom delineia um cenário de grave desvio da finalidade pública da comunicação governamental. Trata-se de um arranjo incompatível com a transparência, com a legalidade eleitoral e com a própria ética republicana, que exige do Estado prestação de contas, motivação técnica e estrito serviço ao interesse público, e não à narrativa de quem ocupa circunstancialmente o poder.





TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

O PT e o Governo Lula na Era da Opacidade e do Sigilo Ilimitado

O governo Lula e o PT, que prometeram ampliar a transparência, acumulam episódios de opacidade: sigilos ampliados, gastos e viagens ocultos, bloqueio de dados públicos e normas que flexibilizam a LAI. O contraste entre discurso e prática protege aliados, enfraquece a fiscalização, escarnece da população e consolida uma cultura institucional de blindagem e ocultação.

Resumo

- **Aumento das negativas de acesso:** em 2023, o governo Lula registrou 10.150 negativas de informações (alta de 30% em relação ao último ano do governo Bolsonaro) e, em 2025, 9.744 indeferimentos, mantendo um volume elevado.
- **Opacidade nos gastos da Presidência e privilégios patrocinados:** R\$ 55,2 milhões em cartões corporativos permanecem sem prestação de contas desde 2023; aluguel do iate Iana 3 para COP30, com diária de R\$ 2.700 por pessoa, custo total e detalhes da operação censurados; empréstimos de aeronaves da FAB ao STF e outras viagens de autoridades mantidas secretas.



- **Ampliação do sigilo legal e administrativo:** Portaria 631/2025 do Itamaraty criou categorias de sigilo além dos previstos pela LAI, realizou a indisponibilização de 16 milhões de documentos do TransfereGov, equivalentes a R\$ 662 bilhões em repasses públicos, dificultando fiscalização e auditoria.
- **Blindagem política e falta de responsabilização:** o Executivo e o Legislativo protegem aliados próximos do presidente, como familiares e operadores ligados ao PT, enquanto inquéritos sobre abuso de sigilo (ex.: acesso a informações do Planalto) permanecem paralisados, consolidando o obscurantismo como prática institucional.

Análise

Entre as promessas mais emblemáticas formuladas por Lula em 2022 figurava a de restaurar a transparência e reconduzir a administração pública ao pleno escrutínio democrático. Apresentou-se, então, como o antídoto à opacidade estatal, [imputando ao governo Bolsonaro a “banalização do sigilo”](#). Contudo, o hiato entre o discurso e a prática subsequente converteu tal promessa em verdadeiro bumerangue retórico: aquilo que, no calor da campanha, soava como um compromisso enfático tornou-se, agora, recurso para desnudar a hipocrisia petista.

Ao iniciar seu mandato, Lula subscreveu despacho determinando a revisão das restrições de acesso a informações, reafirmando o princípio de que, em um Estado democrático, a publicidade — e não o segredo — deve constituir a regra. Contudo, bastou o primeiro ano de governo para que a retórica fátua colidisse de modo contundente com o desmando administrativo: conforme dados do Painel LAI, registraram-se 10.150 negativas de acesso, aumento de quase 30% em comparação ao último ano do governo criticado em campanha. Desde então, o quadro pouco se alterou. Em 2025, somaram-se 9.744 indeferimentos, cifra que supera em 23% o total de negativas do governo Bolsonaro. O contraste revela a dificuldade do atual governo em materializar o ideal de transparência que dizia abraçar. Mais inquietante, porém, é que não se trata apenas de quantidade, mas da própria natureza das informações sonegadas à população.

Em boa medida, o embaraço que recai atualmente sobre o governo decorre dos hábitos nababescos do presidente e da primeira-dama, cuja manutenção exige um esforço deliberado de ocultar da população o custo real desse estilo de vida bancado pelo erário. O [diagnóstico recente do TCU](#) sobre os cartões corporativos é revelador: no âmbito da Presidência, R\$ 55,2 milhões, nada menos que 99% dos gastos desde 2023, permanecem ocultos, muitos deles desprovidos de notas fiscais ou de qualquer descrição mínima

**EVAIR** DEPUTADO FEDERAL
DE MELO

que permita aferir o destino final dos recursos. O tribunal observa ainda que a Casa Civil e o GSI vêm ignorando reiteradamente as recomendações formais para aprimorar a transparência, preservando um modelo de prestação de contas em que quase nada é efetivamente auditável pela sociedade, como se a administração pública pudesse operar à margem do escrutínio democrático.

Ao longo de 2025, os exemplos do nosso Midas às avessas se sucederam, mas nenhum alcançou tanta força simbólica quanto o episódio revelado em novembro envolvendo o aluguel do iate Iana 3 para hospedar Lula e a primeira-dama durante a improvisada COP30. A embarcação, um cinco-estrelas flutuante contratado às pressas depois que a presidência julgou inadequado o navio da Marinha originalmente oferecido, pertence ao empresário Iomar Oliveira, cuja frota há anos presta serviços ao governo do Amazonas e figura em episódios politicamente polêmicos, entre eles [denúncias de crimes eleitorais](#) e o favorecimento da empresa familiar, a Oliveira Energia, em negociações envolvendo a Amazonas Energia.

Em 2021, para ficarmos em um episódio, o Iana 3 chegou a ser revistado por ordem da Justiça Eleitoral, depois que moradores flagraram o desembarque de cestas básicas supostamente destinadas à compra de votos. Mesmo com esse histórico pouco alvissareiro, a embarcação foi contratada [com intermediação do ministro Alexandre Silveira e Carlos Suarez \("Rei do Gás"\)](#). Sobre o negócio, a Presidência optou por se manter silente, informando apenas que a diária teria sido acertada em cerca de R\$ 2.700 por pessoa. Todo o resto foi censurado, como o custo total da operação, o impacto ambiental, o tamanho da comitiva, as cláusulas do contrato e os gastos adicionais com embarcações auxiliares, indispensáveis para navegar em áreas de acesso restrito. A imprensa, ao menos, registrou que um iate de porte inferior incluído no pacote da [COP30 custava algo em torno de R\\$ 450 mil](#), um vislumbre do preço pago para satisfazer os caprichos palacianos.

Os dados do funcionalismo reproduzem, quase por reflexo, a lógica de sigilo que emana da cúpula do governo. [As viagens sigilosas já consumiram R\\$ 3,5 bilhões, e uma em cada oito esconde nome, cargo, destino e justificativa](#), muitas delas com acesso limitado por mais de dez anos, embora a LAI

imponha divulgação após cinco. Só em diárias secretas são R\$ 2,8 bilhões, e em passagens, R\$ 712 milhões, cifras incompatíveis com qualquer padrão democrático de controle público. A manutenção de milhares de sigilos antigos, nunca revisados, demonstra que o governo Lula tolera e normaliza essa opacidade conveniente. Enquanto certos órgãos defendem a ocultação de centenas de milhares de nomes sob o pretexto de necessidade operacional, o Planalto evita estabelecer critérios rigorosos de temporariedade e revisão, transformando a exceção em prática administrativa.

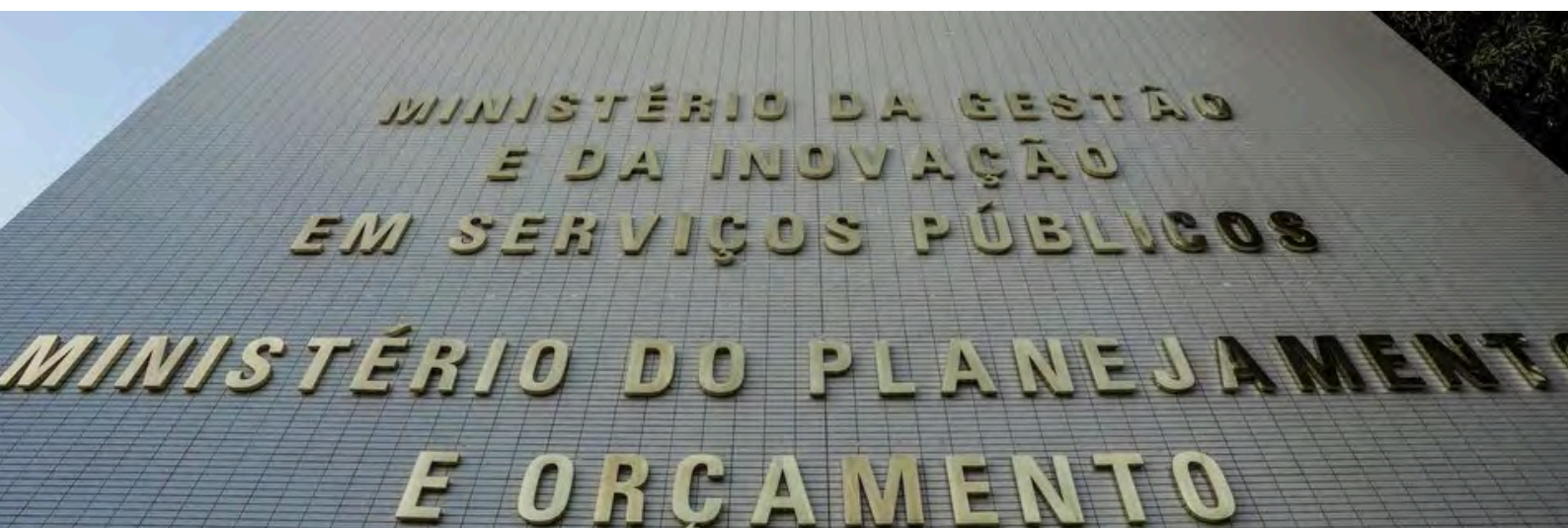
Para encerrar o capítulo das viagens sigilosas mantidas pelo Executivo, vale mencionar [o empréstimo sistemático de aeronaves da FAB ao STF](#), situação que ilustra a ampliação das restrições de acesso a informações no governo Lula. A segurança dos ministros pode ser um objetivo alegado legítimo, mas não justifica a ocultação de dados sobre voos já concluídos, muitos deles rotineiros, sendo contabilizados mais de 150 deslocamentos entre 2023 e 2025. A prática tem por resultado uma contradição difícil de sustentar, pois mesmo as autoridades que precisam viajar com proteção deveriam prestar contas do uso de recursos públicos posteriormente, afinal, excessos não se mostram incomuns em nossa República. De fato, o país ainda não definiu limites claros para o uso de aeronaves das Forças Armadas por autoridades, prática que deveria ser rigorosamente restrita, possivelmente apenas ao ocupante da presidência, como observado em outras democracias consolidadas.

Outro exemplo desse “*insciência conveniente*” é a [Portaria nº 631/2025](#) do Itamaraty, assinada por Mauro Vieira, que aprofunda o adensamento das sombras administrativas ao instituir categorias de sigilo inexistentes na LAI e ao permitir a ocultação de documentos sem termo formal de classificação, suprimindo justificativas, prazos e autoria e erigindo zonas impermeáveis para negociações e análises diplomáticas. O ato não apenas extrapola o poder regulamentar, mas subverte o artigo 37 da Constituição ao inverter a lógica republicana da publicidade, afronta os incisos XXXIII e XIV do artigo 5º ao restringir o acesso a informações de inequívoco interesse público e fere de morte a arquitetura legal da LAI e do Decreto nº 7.724 ao criar hipóteses de sigilo e flexibilizar critérios que deveriam ser estritamente objetivos. O cenário resultante empurra pesquisadores e jornalistas para um labirinto de negativas sem rastro documental, converte o conceito de “pedido desarrazoado” em senha para o obscurantismo e arrasta milhares de telegramas e despachos para a ficção burocrática da “informação sigilosa não classificada”, fora dos prazos legais e sem escrutínio da CGU, mais um golpe certo contra a ideia de fiscalização republicana.

Na prática, esse ambiente de opacidade [encobre operações como os dois telegramas diplomáticos sobre Joesley e Wesley Batista e as investidas da JBS nos Estados Unidos](#) durante as negociações para reverter o tarifaço de 50% imposto por Donald Trump à carne brasileira. Do pedido feito via LAI, apenas um documento foi liberado, a análise sobre o impacto da tarifação realizada pela embaixadora Maria Luiza Viotti. Todavia, os dois telegramas centrais, ambos de julho, foram classificados como reservados sob a alegação genérica de que tratariam de investimentos brasileiros e articulações parlamentares sensíveis. O sigilo preserva justamente a atuação direta da JBS junto ao governo americano, com Joesley Batista fazendo as vezes de adido diplomático na interlocução com Trump, enquanto Lula se esquivava do encontro com o presidente norte-americano. Ao esconder documentos exatamente quando interesses empresariais se entrelaçam com a diplomacia nacional, o governo amplia deliberadamente o terreno da opacidade e reforça o emprego do sigilo como instrumento de blindagem política, não de proteção do Estado. É a consagração de uma zona cinzenta em que poder público e grandes conglomerados econômicos operam fora do alcance da sociedade.

O sigilo de cinco anos [imposto pelo Ministério da Justiça aos documentos preparatórios da PEC da Segurança Pública](#) segue essa mesma lógica de ampliação do controle discricionário sobre informações consideradas “sensíveis” pelo governante de ocasião. Determinado logo após o Estadão acionar a CGU com base na Lei de Acesso, o bloqueio de minutas, pareceres, anotações técnicas e estudos que embasaram a proposta recorre ao argumento de “risco à soberania nacional” para contornar a LAI, que prevê a publicidade desses materiais após a decisão final. Como vemos, a blindagem administrativa já alcançou também os debates estruturantes, como a limitação do acompanhamento da sociedade nas decisões sobre segurança pública.

Não obstante, em 2025, o golpe mais grave à transparência foi, sem dúvida, [o bloqueio de 16 milhões de documentos do TransfereGov](#), que detalham



R\$ 662 bilhões em repasses públicos, provocando um impacto imediato e profundo na fiscalização das políticas públicas. Ao retirar do ar dados sobre convênios, obras, emendas e prestações de contas, o governo produziu um verdadeiro apagão informacional, dificultando de imediato o trabalho de órgãos de controle, imprensa, pesquisadores e sociedade civil. A medida torna praticamente inviável o acompanhamento contínuo e sistemático do uso de recursos públicos. A imposição de recorrer a pedidos individuais via LAI atrasa investigações, amplia o risco de desvios, sobrepreços e fraudes e tem sido amplamente criticada por especialistas, que veem na medida um retrocesso institucional que distorce a lógica da LGPD e fere o princípio constitucional da publicidade justamente sobre o maior volume de recursos já registrado no país.

Por fim, é impossível ignorar que o Estado de blindagem e o segredo ilimitado imposto pelo PT à sociedade brasileira não se limita ao Executivo, mas se estende com igual vigor ao Legislativo. Na CPMI do INSS, assistimos ao espetáculo das blindagens seletivas: no discurso, a base governista se apresenta comprometida com a apuração dos atos lesivos aos aposentados e pensionistas. Na prática, o compromisso se dissolve, transformando a proteção de aliados e familiares de Lula com prioridade, enquanto a transparência e o interesse público são relegados ao segundo plano.

Na prática, a oposição, em número reduzido de parlamentares, vem tentando enfrentar a blindagem do governo em torno de aliados próximos. Entre os casos mais emblemáticos estão a [proteção ao irmão de Lula, Frei Chico](#), dirigente do Sindnapi, sindicato apontado como um dos que mais prejudicou beneficiários do INSS, e a blindagem das empresas operadoras ligadas à CONTAG, federação próxima ao PT e principal beneficiada pelo esquema. Soma-se a isso o envolvimento de Fábio Luís ("Lulinha"), citado por testemunhas e documentos por seus [vínculos comerciais com Antônio Camilo Antunes, o "Careca do INSS"](#), operador central da fraude. Relatórios do COAF também indicam que [Ricardo Bimbo, coordenador de tecnologia do PT](#), recebeu recursos de organizações suspeitas e repassou valores ao ex-contador de Lula e Lulinha, João Muniz. Por fim, a publicitária [Danielle Fonteles, responsável por campanhas petistas de Dilma Rousseff e Rui Costa](#), recebeu mais de R\$ 8 milhões do "Careca", valor que tende a aumentar conforme avança a apuração, que já identificou repasses adicionais a parentes de Fonteles.

Esses são apenas alguns dos personagens preservados sob o manto do sigilo pela atuação direta da bancada governista. Trata-se de um padrão que se irradia pelo atual governo, no qual Lula e seus assecclas convertem o segredo em instrumento de governo, blindando aliados, resguardando

interesses privados e corroendo a transparência que deveria sustentar a república. Com assombro, verifica-se que o obscurantismo deixou de ser desvio episódico para converter-se em método, corroendo princípios fundamentais e o próprio compromisso republicano de que o Estado existe para servir à sociedade, jamais para velar as conveniências dos governantes de ocasião.

À luz desse quadro ilustrativo, torna-se inescapável reconhecer a dimensão do desafio que o PT impõe à transparência no país. O inquérito aberto em fevereiro de 2025, destinado a apurar sigilos manifestamente indevidos do governo Lula, jaz há nove meses sem qualquer avanço na Procuradoria-Geral da República, apesar de envolver informações elementares do funcionamento e dispêndios da presidência, como a lista de assessores da primeira-dama, uso do helicóptero presidencial e gastos do Alvorada. Essa inércia não apenas obstrui a apuração de responsabilidades, mas dá mostras do avanço de práticas que corroem, por dentro, o dever republicano de prestar contas à sociedade.



3 ECONOMIA

Lula encerra o ano entregando PIBinho: o fracasso da política econômica petista

Uma retrospectiva da bagunça que Lula fez na economia brasileira nesses últimos 3 anos. Resultado: explosão da dívida, juros estratosféricos e PIB crescendo 0,1% no último trimestre.

O desgoverno Lula é uma tragicomédia. Seria motivo de boas gargalhadas se Lula fosse presidente de outro país, não do Brasil. É uma tragédia para todos nós brasileiros e isso não tem graça nenhuma. Lula foi eleito por uma margem estreita de votos, 50,9% dos votos válidos contra 49,1% de Jair Bolsonaro. Retornou à cena de seus crimes após ser condenado por corrupção nas três instâncias do judiciário. Achou que isso era respaldo popular para a retomada das políticas equivocadas que levaram o Brasil a uma forte crise nos desgovernos Dilma I e II. Lula acha que os resultados de seus dois primeiros governos foram resultados dele. Não, ele só deu sorte e surfou a onda das commodities.



Ainda na transição, Lula deu os primeiros sinais do que viria: discursos inflamados contra o mercado, promessas de “revogar o teto de gastos” e uma equipe de transição que pintava um quadro apocalíptico da gestão anterior, preparando terreno para uma guinada fiscal agressiva. Para viabilizar a farra fiscal, propôs a PEC da Transição, que abriu espaço para gastar em 2023 R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos.

Em 2023, reverteu cortes de impostos feitos no fim da gestão Bolsonaro. Em seguida, Lula sepultou a âncora fiscal criada em 2016 e aprovou o novo arcabouço, permitindo aumento real de despesas de até 2,5% ao ano. Já na largada, várias despesas foram tiradas da contabilização do limite de despesas e a principal regra fiscal voltou a ser a meta de resultado primário. Regra que o PT se especializou em contornar, no passado e no presente, com projeções de receitas irreais, pedaladas e exclusões de despesas de sua contabilização. O novo arcabouço fiscal é um não arcabouço, uma encenação, um regramento fiscal amigável ao gasto, propulsor da escalada da dívida e da carga tributária.

Todos os alertas e temores se confirmaram. Em três anos, Lula torrou R\$ 324,3 bilhões fora da contabilização das regras fiscais, inclusive das que ele mesmo propôs. Ao fim de 2025, teremos um déficit primário acumulado de R\$ 382 bilhões neste governo. Até out/2025, o déficit nominal acumulado já era de R\$ 2,55 trilhões. Com isso, a dívida pública federal chegou a R\$ 8,25 trilhões, partindo de R\$ 5,95 tri em dez/2022, um salto de 38,6% em pouco menos de 3 anos. Partiu de 58,9% do PIB em 2022 para 64,9% do PIB em 2025. Já a dívida bruta do governo geral (DBGG) chegará a 79% do PIB este ano.

Como sinais eloquentes do descontrole no gasto primário, o governo retirou os precatórios da contabilização do limite de despesas e do resultado primário, mas não adotou nenhuma medida para conter a contínua elevação dessa despesa. Numa ação desastrada do INSS, e possivelmente mal-intencionada, o Atestmed fez o auxílio-doença explodir, chegando a um gasto de R\$ 40 bilhões em 2024, R\$ 15 bi a mais que em 2022. O seguro-defeso cresceu quase 50% em 2025, chegando a mais de R\$ 6 bilhões. O BPC subiu 17% por ano, e agora beira R\$ 128 bilhões, ou 1% do PIB. E para coroar as fraudes patrocinadas pelo PT e seus sindicatos, em 2025 se descobriu o vergonhoso e revoltante esquema de roubo aos aposentados do INSS, cuja indenização coube ao erário, mais de R\$ 3 bilhões.

Apesar de o Bolsa Família custar em 2025 R\$ 158,6 bilhões, ou 1,25% do PIB, o PT criou mais um benefício: o Pé-de-meia. Operado por algum tempo completamente fora do orçamento, esse benefício chegará a R\$ 12 bilhões em ano eleitoral. Seguirá sendo operado através de um fundo privado, ao invés de ser pelo Siafi, com pouca transparência sobre seus propósitos,

critérios e beneficiários. Enquanto isso, empresários de todo o país e de diversos setores reportam dificuldades para conseguir mão-de-obra porque as pessoas não querem se arriscar a perder seus benefícios sociais.

Não menos importante, retomou a demagógica regra do reajuste do salário mínimo pelo crescimento do PIB, com impactos contundentes sobre o gasto da Previdência e da Assistência Social, além de gerar distorções no mercado de trabalho.

Com as contas fortemente desequilibradas e gastos em contínuo crescimento, as pressões inflacionárias se fizeram presentes. Para trazer a inflação para dentro do intervalo de sua meta, o Banco Central precisou alçar a Selic a 15% ao ano, com juro real em torno de 10%. Com juros tão altos, o resultado não poderia ser diferente: dívida pública explodindo e PIB enfraquecido.

A gestão petista nas estatais foi bem pior. Em 2025, a meta de déficit das estatais era de R\$ 6,2 bilhões (costumava ser zero nos governos Temer e Bolsonaro), agora o déficit projetado é de R\$ 9,2 bilhões. Esse número já considera a exclusão dos investimentos realizados em despesas do PAC, de R\$ 4,2 bi. Ou seja, o déficit das estatais em 2025 será de R\$ 13,4 bilhões, provavelmente o maior da história. Mas o PT já excluiu da meta de 2026 outros R\$ 10 bi, para acomodar os prejuízos dos Correios.

O plano do PT era usar o caixa das estatais para impulsionar o crescimento econômico com o investimento pelas empresas em projetos de viabilidade e retorno duvidosos. O plano obviamente fracassou: a economia está desacelerando e as estatais vão de mal a pior. O PT só precisou de dois anos para falir os Correios. Em 2025, a empresa acumulou, até setembro, R\$ 6 bilhões em prejuízos e tem seu patrimônio líquido negativo em R\$ 10,4 bilhões. A Eletronuclear passa por dificuldades financeiras e o PT não consegue tomar uma decisão sobre o que fazer com Angra 3. Graças a política petista de precificação dos combustíveis e a outros equívocos de sua gestão, a Petrobras amarga uma queda de 58% em seus lucros em relação a 2022. No Banco do Brasil, os lucros deste ano devem cair até 32% em relação a 2022.



Para solucionar o desequilíbrio das contas públicas, o Partido dos Trabalhadores e seu timoneiro Lula partiram rapidamente para a única solução que eles conhecem: aumentar impostos.

Com o argumento de que simplificariam o sistema da tributação indireta, aprovaram uma complexa reforma tributária, que trocou 4 tributos por 3. O novo sistema tributário coexistirá com o velho por 8 anos, agregando ainda mais complexidade para as empresas operando no país. Já se sabe que o Brasil terá alíquota de tributo sobre o valor agregado dentre as mais altas do mundo e que a carga tributária vai aumentar.

Com muita diligência, o Ministro Taxad buscou incansavelmente aumentar a tributação do Imposto de Renda, da CSLL e do IOF. A sociedade, através do Congresso, conseguiu algumas vitórias sobre os petistas. Mas no cômputo geral, eles conseguiram elevar as receitas tributárias federais de 18,6% do PIB em 2023 para 20,2% do PIB em 2025. Ainda assim, vamos ter um déficit primário de R\$ 72 bilhões este ano e o governo já avisou que precisa de mais R\$ 30 bilhões em impostos para fechar as contas de 2026. Também causa constrangimento ver que as contas públicas contam cada vez mais com a arrecadação gerada pelas apostas esportivas dos brasileiros.

Selic em alta significa aperto no crédito livre para reduzir a demanda agregada e conter a inflação. Mas, o pessoal do PT não gosta disso. Então Lula pisa no acelerador do crédito direcionado, que é o crédito subsidiado pelo governo. Para se ter clareza do impacto disso, em outubro o crédito livre somou R\$ 4 trilhões, enquanto o crédito direcionado somou R\$ 3 trilhões. No ano, o crédito direcionado cresceu mais que o crédito livre, claro. Se há um volume tão grande de crédito subsidiado na economia, marchando na direção contrária do aperto que o Banco Central tenta promover no crédito livre, qual o resultado? Atividade econômica mais robusta? Não, o resultado é Selic mais alta e por mais tempo.

No front internacional, Lula provocou tanto Donald Trump com sua retórica ideológica e antiamericana nos encontros dos Brics que recebeu um troféu: uma tarifa de 50% sobre as exportações brasileiras. Lula minimizou fraudes eleitorais na Venezuela, comparou ações de Israel ao Holocausto e fez comentários considerados preconceituosos em eventos públicos. Por fim, foi para o outro lado do mundo para dizer em alto e bom som que traficantes de drogas são vítimas da sociedade.

O governo iniciou falando muito em transição ecológica. Estranhamente, a liderança nesse assunto não coube ao Ministério do Meio Ambiente. O assunto ficou com a Fazenda, sinalizando a importância desse tema para o crescimento econômico brasileiro nos próximos anos. Mas, de concreto, se

viu muito pouco. Até agora, o Brasil não tem uma estratégia clara de transição energética, nem uma estratégia para aproveitar as oportunidades abertas pela transição energética global e pela demanda por minerais estratégicos ou críticos, dos quais o Brasil detém robustas reservas.

Apesar do lançamento da Nova Política Industrial, cheia de boas intenções com o crédito direcionado do BNDES e ênfase na indústria de transformação, em 2025 a indústria de transformação, que caiu 1,3% em 2023, vai crescer apenas 0,3%. Convém ainda lembrar que, numa demonstração de hostilidade à livre iniciativa e aos contratos firmados, Lula tentou intervir na Vale e na Eletrobras.

Então, esse foi o cenário econômico que Lula construiu para quem pensa em investir no Brasil: hostilidade ao mercado, intervencionismo estatal, regras fiscais sem credibilidade, gasto público descontrolado, contas públicas manipuladas, fraudes em políticas sociais, déficit primário robusto e persistente, déficit nominal trilionário, dívida pública escalando rapidamente, política externa irresponsável, política de crédito contraditória, juros elevadíssimos, o segundo juro real mais alto do planeta, carga tributária em alta...quem investe em um lugar assim?

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) ficou em 48,3 pontos em novembro de 2025, abaixo da linha de 50 que indica otimismo. Isso significa que a falta de confiança persiste há 11 meses consecutivos, embora o pessimismo tenha se moderado, provavelmente por expectativas de derrota do PT em 2026.

Qual o resultado de tudo isso?

O PIBinho de Lula

Resultado oficial — O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro **variou 0,1%** no 3º trimestre de 2025 em relação ao trimestre imediatamente anterior, e cresceu 1,8% na comparação com o 3º trimestre de 2024, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Pela ótica da oferta, agropecuária (+0,4%) e indústria (+0,8%) avançaram, enquanto serviços (+0,1%) ficaram praticamente estáveis; do lado da demanda, consumo das famílias (+0,1%), consumo do governo (+1,3%), investimentos/FBCF (+0,9%), exportações (+3,3%) e importações (+0,3%) compuseram o quadro.

O desempenho confirma desaceleração em relação ao 1º semestre. A indústria foi sustentada pelas extrativas (petróleo e gás) e pela construção, enquanto a agropecuária seguiu beneficiada por algumas safras fortes; já os

serviços — que representam cerca de 70% do PIB — perderam fôlego e ficaram na estabilidade (+0,1%), com avanço pontual em transporte/armazenagem (+2,7%) e informação e comunicação (+1,5%), e queda de 1% em atividades financeiras.

O consumo das famílias ficou virtualmente estável (+0,1%), em cenário de endividamento elevado e crédito caro; a FBCF cresceu 0,9% na margem e 2,3% ante um ano, mas segue abaixo do pico histórico, refletindo a sensibilidade dos investimentos ao custo do capital.

Em síntese, o terceiro trimestre de 2025 retrata uma economia em desaquecimento: a absorção doméstica (consumo das famílias + investimentos) desacelera, como previsto na estratégia de combate à inflação, enquanto vetores externos (commodities e logística) ajudam a sustentar o nível de atividade. A taxa de investimento permanece modesta e a poupança segue baixa, limitando o crescimento potencial sem forte aporte de capital externo.

A cereja do bolo é que a Rússia, um país em guerra e sob sanções internacionais, superou o Brasil na lista das maiores economias do mundo.
Que em 2026 o Brasil consiga se libertar!



Bateu o desespero na Fazenda

Receitas com petróleo não se confirmam. TCU manda governo revisar projeções de receitas e despesas no PLOA 2026. Correios precisando de aporte do Tesouro. Estamos há meses cantando essas pedras. No desespero por receitas, decide-se projetar no PLOA R\$ 14 bilhões a mais na arrecadação de 2026 com imposto de importação, um imposto regulatório para tapar o rombo fiscal.

A lorota do imposto de importação

O relatório de receitas do PLOA 2026, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, recebeu uma adição de R\$ 14 bilhões. Espera-se que esse dinheiro venha em 2026 de aumento de arrecadação do Imposto de Importação. Isso soa estranho.

Essa receita adicional servirá de fonte para os R\$ 13,8 bilhões em despesas que ocuparão o espaço aberto, dentro do limite de despesas do arcabouço fiscal, pela Emenda Constitucional nº 136/2025. Essa EC tirou em definitivo as despesas de precatórios do limite de despesas e temporariamente da contabilização do resultado primário. A EC também determinou que o reajuste do limite de despesas para 2026 inclua os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesas de 2025, que pela regra ordinária do arcabouço não seriam considerados no cálculo. Daí o espaço extra.



O governo afirmava que esse espaço seria ocupado com as despesas decorrentes da alteração que o STF promoveu nas regras da licença maternidade. Mas, considerando os buracos que já identificamos na dotação do BPC e do Seguro Defeso, talvez o governo tenha mentido de novo.

A fonte de recursos proposta para financiar essas despesas é muito suspeita. No envio do PLOA, a Receita Federal faz a estimativa da arrecadação de todos os impostos, inclusive do Imposto de Importação. Soa estranho que a estimativa estivesse errada em R\$ 14 bilhões, ou 13,5% da projeção inicial.

De acordo com o relatório aprovado pela CMO: “considerando o estabelecimento, pelo Poder Executivo, de **medidas de defesa comercial** pleiteadas por setores produtivos nacionais, tem-se como projeção o ingresso de novas receitas no valor de R\$ 14,0 bilhões de reais no ano calendário de 2026. As medidas estão em consonância com análise realizada acerca da melhoria de condições de concorrência de alguns dos setores estudados.” **Não ficou claro se as medidas de defesa comercial já foram adotadas ou se estão por ser adotadas em 2026.**

Entretanto, matéria publicada na imprensa nos últimos dias esclareceu essa dúvida. Esclareceu também de onde partiu a proposição. Do governo, é claro! Em 9/dez, a CNN Brasil reportou que “Governo avalia elevar tarifas para carros e aço para fechar contas em 2026”.

“O governo federal deve elevar tarifas para alguns produtos no ano que vem a fim de proteger setores da economia que estão sofrendo com importações — especialmente chinesas — e gerar cerca de R\$ 14 bilhões para fechar o Orçamento.”

Parece haver uma confusão de conceitos. Tanto na matéria quanto no relatório da CMO, ora se fala em imposto de importação, ora se fala em medidas de defesa comercial. Mas não há confusão. A aplicação de medida de defesa comercial se dá pela aplicação de sobretaxas ao imposto de importação.

São medidas de defesa comercial os anti-dumpings, as medidas compensatórias e as salvaguardas. A adoção de anti-dumping pressupõe comprovar que empresas estrangeiras que exportam ao Brasil estão praticando dumping (a venda de seus produtos no Brasil por preços mais baixos que os praticados no seu mercado interno) e que isso esteja causando danos à indústria brasileira. As medidas compensatórias são aplicadas quando outros países subsidiam suas exportações para o Brasil. Já as salvaguardas comerciais são medidas temporárias de proteção adotadas por um país para defender sua indústria nacional contra aumentos súbitos

e significativos de importações que possam causar ou ameaçar causar prejuízos graves à produção doméstica.

A aplicação de anti-dumpings e medidas compensatórias é decidida em bases técnicas, fazendo-se uso de evidências econômicas. Seu processo de análise e aprovação é longo e complexo. Se a sua adoção for feita de forma abusiva, por razões estranhas à proteção da indústria nacional, o judiciário poderá ser acionado pelos importadores prejudicados e derrubar a medida. Salvaguardas comerciais talvez sejam mais simples de aplicar, porém, há anos o Brasil não as aplica.

Pelo exposto, agora se sabe que as medidas estão sendo consideradas pelo governo e não foram adotadas ainda. São uma expectativa. Cabe a pergunta: estaria o governo considerando a adoção de salvaguardas comerciais contra as exportações de veículos e aço de seu parceiro comercial preferido, a China? Difícil acreditar. E é claro que a adoção dessas salvaguardas acarretaria reações contundentes da parte chinesa.

O mais provável é que o governo esteja lançando mão de mais um estratagema para burlar as regras orçamentárias. Invoca a aplicação futura de medidas de defesa comercial, uma receita bastante incerta, para aprovar o PLOA com despesas que não são comportadas pelas estimativas reais de receitas. Com isso, ganha tempo enquanto aguarda que novos aumentos de tributos sejam aprovados pelo Congresso.

O Imposto de Importação é um tributo regulatório. A elevação de suas alíquotas serve para proteger a indústria nacional, quando isso é necessário. Por outro lado, a redução de suas alíquotas proporciona redução de custos para a indústria ou para o consumidor brasileiro. É isso que deve orientar o movimento de suas alíquotas, não as necessidades arrecadatórias de um governo fiscalmente irresponsável.



TCU manda governo explicar projeções do orçamento

Não por coincidência, isso ocorreu na mesma semana em que o TCU apontou que o PLOA 2026 está incorporando projeções macroeconômicas que apresentam risco significativo de não se concretizar. Alertamos isso nos [ROP102](#) e [ROP112](#). O Tribunal levanta dúvidas sobre a previsão de crescimento do PIB de 2,44% em 2026 e sobre a realização da meta de primário prevista no PLOA.

O TCU determinou à Fazenda e ao Planejamento que apresentem, em 60 dias, estudos técnicos demonstrando a compatibilidade entre os resultados fiscais efetivos verificados na vigência do arcabouço fiscal e os resultados projetados para os próximos anos. Outro tema que já foi objeto de nossos alertas.

A receita de petróleo que não veio

Uma notícia ruim para a Fazenda foi antecipada por nossas análises dos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º e do 5º bimestre. Nos [ROP97](#) e [ROP112](#) expressamos nossas desconfiças em relação à realização da receita de R\$ 14,78 bilhões relativa à alienação de direitos e obrigações da União decorrentes de Acordo de Individualização da Produção (AIP). A estimativa já havia sido revisada para R\$ 10,2 bi no relatório do 5º bimestre. **O governo finalmente realizou o leilão e conseguiu apenas R\$ 8,79 bilhões.** Agora começa a corrida contra o tempo para que os vencedores do certame paguem pelos direitos adquiridos ainda em 2025. **Em todo caso, com essa previsão de receitas, suspeita desde o início, e agora não confirmada, o governo conseguiu manter sem contingenciamento R\$ 6 bilhões em despesas discricionárias entre julho e dezembro deste ano.**

A última dos Correios

No [ROP113](#) chamamos atenção para o empréstimo bomba dos Correios. Alertamos que a rejeição preliminar da garantia do Tesouro não encerraria o assunto. Alertamos também sobre a falta de clareza acerca da capacidade dos Correios gerarem fluxo de caixa suficiente para cobrir o serviço da dívida que pretende contratar. No [ROP99](#), alertamos sobre a manobra do governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias com o tal do contrato de gestão. Pontuamos que por trás da manobra havia o propósito não declarado de aportar recursos nos Correios para pagamento de despesas correntes sem declarar a empresa como estatal dependente.

O governo nunca deixa a gente mentir. Em 9/dez, por meio do Decreto nº 12.774, o governo alterou o Decreto 12.500, que regulamentou o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes e operacionalizou o mencionado dispositivo da LDO.

No Decreto 12.774, o governo preparou o terreno para aportar recursos nos Correios sem declarar a empresa dependente. Demonstrando a preocupação do Tesouro Nacional com a garantia a ser dada aos Correios, escreveu o óbvio:

*“§ 2º O plano de reequilíbrio econômico-financeiro deverá conter eventuais operações de crédito com garantia da União que a empresa estatal pretenda contratar, **e deverá ser evidenciada a compatibilidade dos fluxos de caixa futuros com o respectivo serviço da dívida a ser contratada**, os quais poderão ser utilizados como referência em eventual análise de capacidade de pagamento para fins de concessão da referida garantia, nos termos da legislação.”*
(grifo nosso)

A concessão de garantia da União aos Correios não precisava da edição de um decreto. Parece que alguém na Fazenda sentiu necessidade de usar a caneta do Presidente da República para dizer que o empréstimo que os Correios estão pedindo não para de pé.

